

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: BARREIRAS E DESVIOS POSSÍVEIS PARA CONTORNÁ-LAS

Nilza de Matos Presto¹

Luíza Mourão Kelmer²

Sara de Oliveira Gomes Barreto³

Resumo

A educação inclusiva pressupõe a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana que garanta oportunidades iguais para que cada pessoa possa desenvolver sua autonomia e exercer sua cidadania, assim a inclusão educacional não é um processo que envolve apenas os portadores de necessidades educacionais especiais, mas todas as pessoas comprometidas com a garantia dos direitos humanos e de uma educação baseada nos princípios da igualdade e do respeito à diversidade que promova a emancipação de seus alunos e cidadãos. A inclusão no ensino superior se torna um desafio, visto que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais tem aumentado, embora as pesquisas e ações no âmbito da inclusão estejam em sua maioria direcionadas para a educação básica, o que torna imperativo o desenvolvimento de ações e pesquisas que visem à inclusão nas universidades, refletindo sobre suas possibilidades e barreiras. O êxito nas propostas de inclusão terá como resultado o aperfeiçoamento da educação beneficiando alunos com e sem deficiência. O objetivo desse trabalho é propiciar reflexões sobre o desafio da educação inclusiva no ensino superior, identificando os principais obstáculos e os avanços já conquistados, além de acompanhar um projeto de inclusão no ensino superior denominado “Aprendendo a Aprender”, cuja parte prática será desenvolvida a partir do segundo semestre de 2016, por alunos do curso de Psicologia, incluindo as pesquisadoras, que irão atender os estudantes da Universidade Salgado de Oliveira/*campus* Juiz de Fora, trabalhando com estratégias para auxiliar no processo de aprendizagem. Para alcançar os objetivos propostos será realizada a continuidade da revisão de literatura sobre o tema em artigos científicos e livros, além das reflexões a serem desenvolvidas pelas pesquisadoras através das ações iniciais do projeto “Aprendendo a Aprender”, uma iniciativa de inclusão no ensino superior. O sucesso dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino superior depende de ações desenvolvidas pelas instituições, as quais devem assumir o compromisso de incluir a todos garantindo que independente de suas especificidades, cada aluno possa receber o apoio necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades. A inclusão, em suas diferentes faces, deve viabilizar a inserção dos indivíduos nos meios sociais. Para isso, é necessário darem-se oportunidades a essas pessoas “excluídas” da sociedade, conscientizando a todos da importância da inclusão.

Palavras-Chave: Inclusão Educacional, Inclusão no Ensino Superior, Educação Inclusiva.

¹PRESTO, Nilza de Matos. Graduanda no curso de Psicologia da UNIVERSO. Juiz de Fora, MG, 2016.

²KELMER, Luíza Mourão. Graduanda no curso de Psicologia da UNIVERSO. Juiz de Fora, MG, 2016.

³BARRETO, Sara de Oliveira Gomes. Mestranda em Psicologia e Professora do curso de Psicologia da UNIVERSO. Juiz de Fora, MG, 2016.

1 Introdução

A Educação Inclusiva implica “Educação para todos” já que a Educação é um direito consagrado na Declaração dos Direitos Humanos de 1949. A inclusão Educacional é um processo que envolve a valorização da diversidade humana e aceitação das diferenças visando a contribuir com a construção de um novo tipo de sociedade mais justa, solidária e humana (NOGUEIRA; OLIVEIRA; SÁ, 2009).

Inclusão e Exclusão são dois processos fortemente relacionados, só é possível incluir alguém se o mesmo já foi excluído, se temos um debate sobre inclusão é porque já tivemos exclusão e necessitamos lutar em defesa dos direitos humanos que, por algum motivo, já foram ou ainda estão sendo negados (MINETTO et al., 2010).

Segundo Nogueira e colaboradores (2009) o paradigma da inclusão educacional defende o direito à educação que todos possuem independente das suas individualidades (condição física, intelectual, social, emocional, linguística, entre outras).

As instituições educacionais enfrentam diversos obstáculos para oferecer educação de qualidade para todos, pois isso exige a criação de condições para incluir indivíduos com necessidades educacionais especiais e atendê-los igualmente para que possam vencer suas dificuldades e desenvolver todo o seu potencial cognitivo (NOGUEIRA; OLIVEIRA; SÁ, 2009).

Duarte e colaboradores (2013) ressaltam que incluir é mais do que inserir o aluno com necessidades educacionais em sala de aula, é atender as necessidades desse aluno, possibilitando que tenha acesso à instituição educacional, que nela permaneça se desenvolva e tenha sucesso. Essa é uma responsabilidade de toda a sociedade: governo, instituições e cidadãos.

Dentro desse contexto se faz necessário esclarecer conforme nos aponta Nogueira, Oliveira e Sá (2009) que o termo “necessidades educacionais especiais” teve grande aceitação por parte dos educadores para se referir às pessoas que apresentam dificuldades educacionais em decorrência de deficiências (visual, auditiva, mental, física ou múltipla), altas habilidades e condutas típicas. Destacando-se, entretanto que nem todo indivíduo com necessidades especiais possuem necessidades educacionais especiais, assim como alunos que não possuem necessidades especiais podem precisar

de apoio educacional especial para superar alguma barreira que esteja prejudicando seu desempenho nos estudos. Ambos devem ter direito ao apoio de que necessitam.

Minetto e colaboradores (2010) ratificam essa ideia ao lembrarem que a Declaração de Salamanca realizada em junho de 1994 define em seus artigos que a Educação Inclusiva se refere a todas as pessoas, deficientes ou não, que tenham necessidades educativas especiais, seja em caráter temporário, intermitente ou permanente, ou seja, todas as pessoas sem exceção tem direito pleno à educação.

A discussão acerca da educação inclusiva no ensino superior é um fenômeno recente que tem ganhado destaque com o aumento do número de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior, devido à implementação de políticas que visam ampliar a escolarização da população como PROUNI, REUNI e FIES (DUARTE et al., 2013).

Sabe-se da importância da escolarização principalmente numa sociedade caracterizada pelas desigualdades como a nossa. Assim o debate sobre a democratização do ensino superior remete as suas finalidades explícitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 43, que são: estimular a criatividade científica; formar profissionais; agregar conhecimentos para responder aos problemas do mundo; desenvolver o saber articulando pesquisa, ensino e extensão e prestar serviços especializados à comunidade. Portanto compreende-se que o ensino superior desempenha um importante papel para o desenvolvimento da sociedade (CARNEIRO, 1998).

A presença cada vez maior de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de graduação justificam a necessidade de desenvolver pesquisas que debatam as condições oferecidas pelas universidades para ingresso e permanência desses alunos de forma a que possam acessar o currículo e terem êxito na vida acadêmica e profissional.

Assim esse trabalho tem por objetivos propiciar reflexões sobre o desafio da educação inclusiva no ensino superior, identificando os principais obstáculos e os avanços já conquistados, além de acompanhar um projeto de inclusão no ensino superior denominado “Aprender a Aprender”, que busca desenvolver ações que contribuam com o processo de inclusão educacional na Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO de Juiz de Fora.

2 Metodologia

Para realização do presente trabalho foi realizada revisão de literatura a partir de artigos científicos indexados na base de dados SciELO, para a busca de artigos usou-se os termos Inclusão Educacional e Inclusão no Ensino Superior, foram selecionados e analisados artigos em português e que versavam sobre os temas coerentes com a proposta desse estudo, incluindo: principais barreiras para inclusão nas universidades, exemplos de ações já desenvolvidas que proporcionam inclusão e ações ainda necessárias, distância entre teoria e prática, ou seja, entre avanços já definidos em leis e ausentes na realidade. Foram também utilizados livros que versam sobre Educação Inclusiva e Educação Especial, além de reflexões oriundas das ações do projeto “Aprender a Aprender”.

3 Resultados/Discussão

A discussão sobre educação inclusiva é também uma discussão sobre o respeito à diversidade e a garantia de direitos iguais para todos, portanto é também uma reflexão sobre a construção de uma sociedade que preze pela democracia. Sabe-se que a diversidade é inerente ao ser humano, somos apesar das semelhanças seres únicos, a igualdade não é possível em nossa espécie, não há razão para determinar a exclusão de alguém por suas diferenças (MINETO, et al., 2010).

Conforme os autores citados, se as diferenças estão presentes em cada indivíduo, elas também se expressam nas atividades que os mesmos fazem, gerando assim a diversidade na aprendizagem, a qual requer das instituições de ensino uma correspondente diversidade nas formas de ensino para que se atendam às demandas específicas de cada aluno. Inclusão é esse movimento de modificação e adaptação da instituição e dos modos de ensinar para atender a todos.

Para que as universidades realizem uma educação inclusiva que implica um ensino adaptado às necessidades individuais de todos, elas enfrentam diversos desafios uma vez que necessitam de uma reestruturação para atender adequadamente a todos os alunos, principalmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Dessa forma,

as instituições de ensino superior precisam realizar profundas modificações em sua estrutura, relacionadas às acessibilidades física, comunicacional e pedagógica, além das mudanças necessárias no âmbito das atitudes (OLIVEIRA et al., 2016).

Em pesquisa realizada por Castro e Almeida (2014) foram analisados relatos de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em instituições do ensino superior, os discursos dos mesmos demonstraram as principais barreiras que enfrentam para permanecerem na universidade destacando: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais.

As barreiras arquitetônicas se referem à ausência de rampas ou rampas com inclinação inadequada, calçadas sem manutenção, ausência de corrimão, ausência de sinalização em múltiplas linguagens (Braile, LIBRAS), portas estreitas, salas com pouco espaço para cadeiras de rodas, banheiros inadequados entre outras. Tais condições impedem a pessoa com deficiência de se locomover de forma independente e com segurança na universidade.

As barreiras comunicacionais se referem a dificuldades de acesso às informações que são disponibilizadas em murais ou na lousa da sala de aula, além falta de intérpretes.

Já as barreiras pedagógicas estão relacionadas aos métodos de ensino e matérias didáticos inadequados, ou seja, falta de materiais adaptados, ação docente que evidencia um despreparo para lidar com as necessidades especiais do aluno, como por exemplo, o professor que fala rápido ou de costas para o aluno dificultando a leitura labial ou a atuação do intérprete.

Por fim as barreiras atitudinais se relacionam as atitudes de preconceito por parte de colegas e professores em relação à pessoa com deficiência às vezes por falta de informações, mas que acabam gerando discriminação e consequentemente exclusão. Desrespeito às vagas reservadas no estacionamento, obstáculos nas calçadas, estacionamento em frente às rampas, atitudes dos professores que demonstram falta de crédito nas capacidades do aluno com deficiência.

Para Santos e colaboradores (2015) a real inclusão do aluno com NEE no ensino superior exige o desenvolvimento de ações que envolvam todos os atores do processo: alunos, professores, currículo, materiais, instituições de forma global. As modificações a serem realizadas devem contemplar o acesso, a permanência, a aprendizagem e

conclusão do curso com êxito pelo aluno com deficiência. Algumas universidades já implementaram diversas ações para se tornarem inclusivas, outras ainda precisam fazê-lo. O fato é que já existem avanços na área de inclusão no ensino superior ainda que sejam escassos.

Dentre as ações que favorecem a inclusão pode-se destacar: Ações possíveis em relação ao Ingresso/Acesso como disponibilizar informações sobre as formas de candidatura à universidade (reserva de vagas); condições especiais para realizar a prova de acesso como ampliação do tempo, intérprete de língua de sinais, salas adaptadas, estacionamento nas proximidades, equipamentos adequados (SANTOS et al., 2015).

Ou ainda ações possíveis em relação à Manutenção, já que para dar continuidade aos estudos tendo real acesso ao currículo e podendo concluir com êxito o curso é fundamental que a universidade esteja preparada para acolher o aluno atendendo as suas necessidades específicas. Isso requer: materiais didáticos adaptados como equipamentos para ampliação da fonte de textos, computador com sintetizador de voz, gravador de voz, scanner acoplado ao computador para digitalização de textos; Adequação do espaço físico, ou seja, adaptações arquitetônicas para tornar possível a locomoção no espaço interno e externo da universidade (estacionamento, salas, banheiros, bibliotecas); Investimento e estímulo a formação continuada dos professores para que sejam preparados para lidar com as diferentes necessidades especiais; Combate as atitudes de preconceito e discriminação através de conscientização, pesquisa e debates sobre o tema da inclusão; Serviços específicos de apoio ao aluno com necessidades especiais como programa de bolsas, atendimento psicossocial, serviço social, acompanhamento dos alunos, monitoria, preparo e adaptação de materiais, entre outros (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Atualmente existe no Brasil uma legislação ampla que garante o direito de todos à educação, inclusive de pessoas com necessidades educacionais especiais, estão assegurados por lei o direito às condições necessárias para que o aluno possa ter acesso, permanecer e concluir com êxito o ensino superior.

Para o cumprimento da lei, as instituições de ensino superior devem considerar os seguintes documentos: A Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 205, garante a educação como um direito de todos; A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras, como meio legal de comunicação e expressão; O

Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência; O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.; O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir ,obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e , optativamente, nos demais cursos de educação superior; O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino; O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES; O Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, prevendo estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior; A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (BRASIL, 2013)

O Ministério da Educação e Cultura prevê desde 2005 a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior, através do Programa Incluir: Acessibilidade da Educação Superior, que promove ações para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a essas instituições, desenvolve propostas atitudes de discriminação e preconceitos com as pessoas com deficiência, estimula a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, promove ações para eliminar as barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações, porém esse projeto se restringe ao âmbito das Instituições Federais de Educação Superior (NOGUEIRA; OLIVEIRA; SÁ, 2009).

As pesquisas demonstram que as Instituições de ensino superior têm caminhado no sentido de se transformarem em instituições inclusivas, porém, apesar dos importantes avanços já conquistados ainda há muito para ser feito. É necessário reduzir

as lacunas existentes entre o que está previsto nas atuais e modernas leis sobre inclusão e a realidade vivenciada nas universidades. Mais do que discutir e criar leis é necessário que as mesmas sejam efetivamente cumpridas para que assegure a universalização da educação em todos os seus níveis, de fato as leis são importantes e necessárias, mas não basta se não se transformarem em ações (DUARTE et al., 2013; SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Para contribuir com o debate sobre a inclusão no ensino superior e desenvolver ações que facilitem a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na instituição, a Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO de Juiz de Fora está desenvolvendo o projeto “Aprender a Aprender”, coordenado pela professora Sara Gomes de Oliveira, cujos integrantes são alunos do curso de Psicologia.

O projeto se iniciou no primeiro semestre de 2016 através de discussões em grupo a partir de leitura de textos da área proporcionando reflexões sobre os principais aspectos do desafio da Educação Inclusiva no Ensino Superior. Essa primeira fase teve por objetivo fundamentar teoricamente a prática com discussões sobre ações possíveis de serem desenvolvidas pelo grupo em consonância com os princípios da Inclusão.

A segunda etapa do projeto iniciada a partir de agosto desse ano consiste na implantação de um serviço de apoio que visa a atender individualmente os alunos da instituição que apresentam algum tipo de dificuldade no processo de ensino aprendizagem. Os participantes do projeto oferecem auxílio para que os alunos possam desenvolver estratégias de aprendizagem adequadas às suas necessidades e assim possam otimizar o tempo de estudo, aperfeiçoando suas técnicas e alcançando melhor aproveitamento.

O projeto “Aprender a Aprender” busca atender a demanda de forma individualizada, os atendimentos são realizados em geral uma vez por semana com cada aluno e também os participantes do projeto se reúnem com a coordenadora semanalmente para discussão e debate sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos, assim podem ser sanadas as dúvidas para que o atendimento da demanda seja eficaz e os alunos sejam orientados em suas ações.

Para melhor demonstrar a dinâmica do desenvolvimento do projeto Aprender a Aprender, serão descritos a seguir, dois atendimentos realizados pelos participantes do mesmo, em que se demonstra a diversidade da demanda e a forma como a mesma é

acolhida e atendida, os alunos atendidos serão identificados apenas pelas iniciais do nome.

O aluno T.C, encontra-se na segunda metade do curso de psicologia e se interessou em participar do projeto assim que soube da proposta. O primeiro encontro teve como objetivo a compreensão e acolhimento da demanda. Através de uma entrevista inicial, foram coletadas informações sobre a rotina do estudante, horário de trabalho e de estudo, hábitos de estudo, principais dificuldades e expectativas quanto ao projeto, além de serem esclarecidas as dúvidas do mesmo em relação ao funcionamento e as metas do projeto.

Neste primeiro encontro, o aluno relatou que a falta de tempo para estudar, já que trabalha de segunda a sábado, é uma agravante de suas dificuldades, pois seu horário de estudo será de madrugada ou à noite quando chega da faculdade, portanto é sempre um horário em que está cansado e com sono; o local de estudos é o quarto e a técnica mais utilizada é a construção de resumos em casa. Durante as aulas, T.C. tenta realizar anotações referentes às explicações dos professores, por fim T.C informou que, devido à falta de tempo, não consegue manter uma rotina de estudos e termina por deixar acumular conteúdos que necessitarão ser apreendidos na véspera das avaliações.

Como introdução do que seria trabalhado nos encontros que se seguiriam, foram transmitidas ao aluno, diversas técnicas de estudo, as quais ele pode utilizar para aperfeiçoar seus estudos, solidificando a aprendizagem, além da importância de elaborar um plano de estudo que insira uma rotina para que o mesmo se habitue a estudar sem intervalos grandes e sem adiar os estudos para a véspera das avaliações.

No segundo encontro, o aluno levou um texto cuja interpretação lhe suscitava dificuldades e solicitou ajuda para a compreensão do mesmo, nessa oportunidade foram trabalhadas técnicas de leitura e de interpretação de texto, com orientações de como melhorar essa atividade, assim foi feita uma leitura do texto de forma corrida, com o objetivo de, numa primeira aproximação, reconhecer o texto, obtendo uma visão geral do mesmo e também fazendo um esquema de como o texto se organiza. Em seguida, foi feita a segunda leitura, que teve como objetivo compreender as ideias do texto, seu posicionamento, seus questionamentos. Nesse momento, foram feitas anotações das ideias principais, as quais podem ser utilizadas para a construção de um resumo do texto. A próxima etapa é a do exercício de interpretação, onde é possível refletir sobre a

posição defendida pelo autor dentro de um contexto, como a comparação de suas ideias com as de outros autores que tratam o mesmo assunto. Terminadas essas atividades, o aluno construiu o resumo do texto, conseguindo identificar os pontos principais do mesmo.

No terceiro encontro, seguindo a mesma lógica, o aluno trouxe outro texto, com o qual foi trabalhada a leitura com grifos e anotações na própria apostila, objetivando facilitar a identificação das ideias principais com indicações do tema de cada parágrafo ou unidade de leitura. Nesse momento, também foi elaborado pelo aluno, com orientação da participante do projeto, um plano de estudos, e o mesmo se comprometeu a estudar uma hora, quatro vezes por semana. O aluno foi motivado a seguir o plano devido à importância do mesmo para facilitar a aprendizagem, já que a aquisição do hábito da leitura facilita a compreensão dos textos.

No quarto encontro, foi trabalhada a construção de um questionário acerca do conteúdo do texto discutido anteriormente e o aluno foi orientado a construir perguntas que exigiam a identificação e a explicação dos pontos importantes do texto. As perguntas iniciais foram mais simples, como definição, identificação e citação de conceitos, mas, em seguida, tornaram-se mais complexas, como questões de comparação e diferenciação, sendo respondidas pelo aluno.

No quinto encontro, o aluno trouxe um livro, solicitando ajuda para compreender o mesmo, já que sua redação era considerada diferente pelo aluno por se tratar de um texto de psicanálise. Nesse ponto, foi demonstrado para o aluno que as técnicas de estudo, sejam de leitura, interpretação, memorização ou síntese são adaptáveis e podem ser utilizadas para qualquer tipo de texto. Aqui foram seguidos os passos para leitura e interpretação e realizadas tarefas de compreensão das ideias principais de cada parágrafo.

O sexto encontro foi de encerramento do projeto com esse aluno, o mesmo trouxe um texto que já tinha estudado e trabalhamos a revisão do mesmo, de forma a otimizar o tempo, realizando questionamentos para identificar pontos que não haviam sido bem apreendidos e necessitavam ser revisados. Após essa atividade, o aluno demonstrou desejo de continuar participando do projeto caso o mesmo tenha continuação no ano de 2017, agradeceu as dicas e disse ter aprendido muito e estar colocando em prática para as demais disciplinas que não foram neste período

trabalhadas. O aluno informou ainda que antes não tinha conhecimento da diversidade de técnicas que podem ser usadas para facilitar a aprendizagem, trazendo autonomia para os alunos.

Já a aluna L.M, está na primeira metade do curso de psicologia e relatou que esteve presente na comemoração do dia do psicólogo, no qual foram expostos todos os projetos de extensão desenvolvidos pelos professores da faculdade de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira – Universo/ Juiz de Fora, o que lhe suscitou grande interesse pelo projeto “Aprender a Aprender”. No primeiro atendimento, esclarecemos-lhe as dúvidas sobre o projeto e com isso, pudemos conhecê-la melhor. Desse modo, a aluna relatou ser bastante tímida, insegura descrente de seu potencial, totalmente desorganizada e portadora de dificuldades de aprendizagem.

Foi necessário auxiliá-la a organizar e conciliar seus horários da faculdade com os compromissos de sua vida pessoal. Foi confeccionado um planejamento de estudo, para contribuir na sua organização e nova fase de aprendizado.

No segundo atendimento, a acadêmica demonstrou uma ansiedade excessiva em relação às provas (V1), que estavam se aproximando, já que os conteúdos das disciplinas encontravam-se acumulados, e ela estudava às vésperas das avaliações.

Assim, o planejamento/horário de estudos contribuiria para que ela começasse a se organizar melhor, adquirindo o hábito de estudar todos os dias, com disciplina e determinação para alcançar o seu objetivo. A aluna demonstrou interesse, mas demorou alguns dias, para começar a utilizar esse recurso. Como ela não parecia satisfeita consigo mesma e trazia algumas questões de cunho pessoal, foi solicitado a ela que, além de ser acompanhada por nosso projeto, também buscasse acompanhamento psicológico.

Assim, no decorrer dos atendimentos, focamos em suas queixas relativas à aprendizagem: sua falta de concentração, atenção, sua dificuldade de interpretação de texto, de memorização, sua ansiedade e sua dificuldade de identificar as melhores maneiras de estudar. Dessa forma, após as primeiras avaliações, a aluna trouxe as provas para que fossem discutidos os pontos que deveriam ser otimizados e quais as estratégias deveriam ser utilizadas para minimizar sua ansiedade ao realizar provas, ao apresentar trabalhos e ainda, ao se preparar para as próximas provas.

Estratégias e técnicas tais quais elaborar seu próprio estudo dirigido, confeccionando suas próprias perguntas e respostas acerca de todas as disciplinas; realizar leituras bem feitas com um dicionário por perto, de forma lenta e minuciosa, grifando os itens mais importantes para, posteriormente, realizar resumos dos pontos mais relevantes, são exemplos de atividades que foram realizadas de forma sistemática com a aluna em questão. Vale comentar que a aluna L.M mostrou um grande interesse em continuar no projeto no ano de 2017 e agradeceu bastante a oportunidade.

Com a exposição dos dois atendimentos, pode-se perceber como são distintas as queixas dos dois alunos, ambos representam a diversidade da demanda que é atendida no projeto. O aluno T.C solicitou apoio mais direcionado para a compreensão e interpretação dos textos de diversas disciplinas, levou como demanda os próprios textos demonstrando as suas dificuldades e solicitando dicas de como compreender os textos, identificar as ideias principais, aprender de modo satisfatório e sem excesso de memorização. O trabalho com esse aluno esteve focado no que ele trouxe como queixa, mostrar como se faz, ensinar as estratégias de aprendizagem vê-lo fazer, o aluno seguiu as dicas passadas no projeto, construiu os próprios resumos, questionários e esquemas, fez os grifos e uma leitura mais dinâmica, assim o aluno utilizou dos atendimentos para aprender a aprender e conquistou uma relativa autonomia em seus estudos.

Por sua vez, a aluna L.M apresentou como principal queixa a desorganização, a falta de concentração e uma intensa ansiedade que, associados com muita timidez, contribuem para suas dificuldades de aprendizagem, de realização de avaliações e de apresentação de trabalhos. Como as questões emocionais pareceram ser algo marcante, foi sugerido o acompanhamento psicológico, mas, durante o atendimento, o foco foi o trabalho com estratégias para reduzir a ansiedade e melhorar a capacidade de concentração. Dentre as várias técnicas utilizadas, destacou-se o plano de estudos, como organização da rotina para que o estudo fosse feito de forma planejada e com disciplina, tornando-se mais prazeroso e facilitando a aprendizagem que ajuda a reduzir a ansiedade quanto ao desempenho acadêmico.

4 Conclusão

A efetivação da educação inclusiva no ensino superior exige esclarecimentos de todos os envolvidos no processo educativo desenvolvido pelas instituições e também de toda a sociedade sobre as necessidades educacionais especiais de forma a não reduzir os direitos dos cidadãos por desconhecimento ou despreparo de como atender adequadamente todos os alunos com suas singularidades.

É preciso desenvolver a cultura de acolhimento das diferenças e respeito pela diversidade humana.

Reconhecemos os avanços conquistados pelas instituições educacionais e presentes na legislação que buscam alcançar os ideais da inclusão, mas sabemos que ainda há muitos obstáculos a serem enfrentados pelas universidades brasileiras para consolidar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os principais desafios se referem a capacitação profissional, adequação arquitetônica, adaptação de materiais e combate as práticas excludentes por parte de professores e colegas.

Existem, porém diversas ações possíveis de serem desenvolvidas dentro das instituições que proporcionam significativas mudanças a caminho da inclusão e por isso devem ser estimuladas.

O projeto “Aprender a Aprender” representa uma iniciativa de inclusão na Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (UNIVERSO – JF), estimulando o desenvolvimento de pesquisa, mudanças de atitudes e oferta de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O relato das atividades desenvolvidas no projeto estimula uma reflexão acerca da diversidade da demanda que há nas universidades e também a necessidade de que sejam desenvolvidas ações que contribuam para o atendimento dessa demanda, acolhendo as necessidades educativas especiais de cada aluno que necessite de apoio seja permanente ou temporário em sua vida acadêmica. Inclusão é esse movimento de proporcionar a todos êxito no processo de aprendizagem e na conclusão do curso escolhido.

O alcance de uma educação para todos em todos os níveis, especialmente no ensino superior, ainda não é uma realidade brasileira, portanto se faz necessário um

esforço coletivo para ampliação de conhecimentos, conscientização e desenvolvimento de práticas que superem as barreiras e possam implementar uma educação inclusiva para formação de uma sociedade efetivamente democrática que garanta direitos iguais a todos.

5 Referências

CARNEIRO, M.A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 220p.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr.-Jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de Out. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa incluir: acessibilidade na educação superior*. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=12737&Itemid = Acesso em: 27 nov. 2016.

DUARTE, E. R. et al . Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 19, n. 2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de Out. de 2016.

MINETTO, M.F.J., et al. **Dificuldades de Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010. 284p.

NOGUEIRA, M.L.L., OLIVEIRA, E.S.G., SÁ, M.S.M.M. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. 184p.

OLIVEIRA, R. Q. et al . A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de Out. de 2016.

SANTOS, E. et al . Inclusão no Ensino Superior: Percepções dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais sobre o ingresso à universidade. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 28, n. 2, p. 251-270, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872015000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Out. 2016.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, Jan.-Abr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de Out. de 2016.